



PROFORTE S/A TRANSPORTE DE VALORES

CNPJ nº 00.116.506/0001-60

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

	2018	2017		2018	2017
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	146.896	70.559	Empréstimos e financiamentos	4.054	3.466
Contas a receber de clientes	44.217	30.108	Fornecedores	2.135	2.919
Impostos a recuperar	415	525	Obrigações sociais	30.547	33.147
Despesas antecipadas	4.186	8.353	Obrigações fiscais	3.385	3.356
Mútuos a receber de partes relacionadas	9	57.865	IRPJ e CSLL a recolher	3.305	6.503
Outras contas a receber	6.183	9.661	Mútuos a pagar de partes relacionadas	7.329	-
			Outras contas a pagar	3.991	5.174
Total do ativo circulante	201.905	177.071	Total do passivo circulante	54.746	54.565
Não circulante			Não circulante		
Impostos diferidos	19.886	17.580	Empréstimos e financiamentos	6.257	9.416
Impostos a recuperar	4.069	3.905	Obrigações fiscais	11.093	11.646
Depósitos judiciais	13.781	19.824	Provisão para contingências	47.173	44.417
Imobilizado	54.922	54.242	Passivo atuarial com plano médico	2.870	2.027
Intangível	7.682	128			
Total do ativo não circulante	100.340	95.679	Total do passivo não circulante	67.393	67.506
			Patrimônio líquido		
Total do ativo	302.245	272.750	Capital social	137.759	137.759
			Reserva de lucros	41.506	11.592
			Ajuste de avaliação patrimonial	841	1.328
			Total do patrimônio líquido	180.106	150.679
			Total do passivo e patrimônio líquido	302.245	272.750

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

	2018	2017
Receita operacional líquida	537.842	519.895
Custo dos serviços prestados	(264.728)	(272.757)
Lucro bruto	273.114	247.138
Despesas operacionais		
Vendas	(2.790)	(2.008)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(573)	(3.875)
Gerais e administrativas	(127.866)	(135.068)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(526)	7.003
Lucro operacional antes do resultado financeiro	141.359	113.190
Receitas financeiras	7.927	6.808
Despesas financeiras	(3.018)	(3.447)
Resultado financeiro	4.909	3.361
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	146.268	116.551
Imposto de renda e contribuição social correntes	(49.094)	(47.248)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.667	1.990
Lucro líquido do exercício	99.841	71.293
Lucro por ação	0,72%	0,52%

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

	Reserva de Lucros				Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial		
Saldo em 1º de janeiro de 2017	137.759	7.153	-	905	-	145.817
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	71.293	71.293
Reserva legal	-	3.565	-	-	(3.565)	-
Retenção de lucros	-	-	874	-	(874)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(66.854)	(66.854)
Varição do passivo atuarial de plano médico	-	-	-	423	-	423
Saldo em 31 de dezembro de 2017	137.759	10.718	874	1.328	-	150.679
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	99.841	99.841
Reserva legal	-	4.992	-	-	(4.992)	-
Retenção de lucros	-	-	23.732	-	(23.732)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(71.117)	(71.117)
Efeitos de adoção inicial do CPC 48	-	-	1.190	-	-	1.190
Varição do passivo atuarial de plano médico	-	-	-	(487)	-	(487)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	137.759	15.710	25.796	841	-	180.106

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	99.841	71.293
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	6.474	6.074
Custo residual de ativo permanente baixado	22	236
Constituição (reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(40)	3.875
Constituição (reversão) de provisão para contingências	2.755	1.952
Provisão para passivo atuarial com plano de assistência médica	105	446
Outras provisões	(35)	2
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	47.040	45.258
Juros e variações monetárias provisionadas	3.421	1.488
Aumento (redução) dos ativos operacionais	159.583	130.624
Contas a receber	(12.878)	(9.482)
Impostos a recuperar	(53)	(946)
Despesas antecipadas	1.291	(2.191)
Outras contas a receber	3.478	(4.967)
Depósitos judiciais	6.042	8.701
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	(1.017)	(1.138)
Obrigações sociais	(2.601)	(165)
Obrigações fiscais	(524)	(1.839)
Outras contas a pagar	(915)	2.368
Caixa gerado pelas atividades operacionais	152.406	120.965
IRPJ e CSLL pagos ou retidos	(52.293)	(43.252)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	100.113	77.713
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Recursos repassados a partes relacionadas	(316.341)	(31.524)
Recursos recebidos de partes relacionadas	374.197	114.795
Aquisição de imobilizado	(6.442)	(11.024)
Aquisição de intangível	(8.288)	(962)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	43.126	71.285
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recursos recebidos de partes relacionadas	69.877	39
Recursos repassados a partes relacionadas	(62.548)	(41)
Empréstimos e financiamentos captados	1.435	4.163
Empréstimos e financiamentos pagos	(3.955)	(2.432)
Juros pagos	(594)	(525)
Dividendos pagos	(71.117)	(104.836)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(66.902)	(103.632)
Aumento dos saldos de caixa e equivalentes de caixa	76.337	45.366
Caixa e equivalentes de caixa	146.896	70.559
Saldo inicial	70.559	25.193
Aumento dos saldos de caixa e equivalentes de caixa	76.337	45.366

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A Proforte SA. Transporte de Valores (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, com capital 100% brasileiro, que tem por objeto social a prestação de serviços de transportes de valores em veículos especialmente construídos para esse fim. Adicionalmente, presta serviços para estabelecimentos financeiros, comerciais, industriais e outros. A Companhia está sediada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, à Avenida São Francisco, 497 e tem filiais para prestação de serviços nos Estados de Tocantins, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná.

2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e com o *International Financial Report Standards (IFRS)*.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos: As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

5. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

6. Sumário das principais práticas contábeis: A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Receita operacional: A receita de serviços prestados é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à prestação do serviço foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos futuro fluirão para a Companhia; e as despesas incorridas com a transação, assim como as despesas para concluí-la, possam ser mensuradas de forma confiável.

b. Instrumentos financeiros: i. Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos na seguinte categoria: Empréstimos e recebíveis. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, mútuos a receber de partes relacionadas e outras contas a receber. **Caixa e equivalentes de caixa:** Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia. **ii. Passivos financeiros não derivativos:** Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Os passivos financeiros não derivativos estão representados por empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

iii. Capital social: Ações ordinárias: Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **c. Imobilizado: iv. Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando necessário. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **v. Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **vi. Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Beneficência em imóveis de terceiros	10 a 25 anos
Instalações	3 a 25 anos
Máquinas e equipamentos	3 a 25 anos
Móveis e utensílios	5 a 10 anos
Veículos	3 a 15 anos
Equipamentos de informática	4 a 10 anos
Armamentos e equipamentos de vigilância	2 a 20 anos

d. Redução ao valor recuperável (*impairment*): vii. Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis): Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de reporte para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda, como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido à Companhia em condições que a Companhia não aceitaria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. **viii. Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes utilizando uma taxa de

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	99.841	71.293
Varição do passivo atuarial de plano médico	(487)	423
Resultado abrangente total	99.354	71.716

adotadas: Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aqueles que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionados abaixo. A Administração não planeja adotar estas normas de forma antecipada. **Iniciativa de divulgação (alterações ao CPC 26/IAS 7):** As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças. As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS. Para atender aos novos requerimentos de divulgação, a Companhia pretende apresentar uma reconciliação entre os saldos de abertura e fechamento de passivos com mudanças decorrentes de atividades de financiamento. **Reconhecimento de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas (alterações ao CPC 32/IAS 12):** As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo. As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS. A Companhia está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até agora, a Companhia não espera nenhum impacto significativo. **IFRS 9 - Financial Instruments (Instrumentos Financeiros):** A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. **IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes):** A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo CPC 30 (IAS 18) - Receitas, CPC 17 (IAS 11) - Contratos de Construção e CPC 30 - Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS. A Companhia está atualmente realizando uma avaliação detalhada do impacto resultante da aplicação da IFRS 15 e espera divulgar informações quantitativas adicionais antes da adoção da norma. **IFRS 16 - Leases (Arrendamentos):** A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16. A Companhia ainda não quantificou o impacto da adoção da IFRS 16 sobre os seus ativos e passivos. O efeito quantitativo da adoção da IFRS 16 dependerá especificamente do método de transição escolhido, da utilização de expedientes práticos e isenções de reconhecimento, e quaisquer arrendamentos adicionais que a Companhia celebrará. A Companhia espera divulgar sua abordagem de transição e informações quantitativas antes da adoção, planejada para 1º de janeiro de 2019. **Outras alterações:** Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: **Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) - Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.** **Alterações ao CPC 36 - Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 - Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.** O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Diretoria
Ronaldo Ferreira - Contador - CRC 1SP230211/O-5